

Resenha de: Stavridis, James. 2017. *Sea Power. The History and Geopolitics of the World's Oceans*. New York: Penguin Press.

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 295-299

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75077

ISSN 2358-3932

FLÁVIO ROCHA OLIVEIRA

Nessa obra o Almirante James Stavridis apresenta uma visão dos interesses dos EUA no século XXI, empregando uma abordagem centrada na geopolítica dos oceanos.

Stavridis comandou o *U.S. Southern Command* (2006-2009), e foi *NATO SACEUR* (*Supreme Allied Commander Europe*), de 2009 a 2013; e atualmente é *Dean* na prestigiosa *The Fletcher School of Law and Diplomacy*.

A perspectiva marítima é a dos Estados Unidos da América. A filiação intelectual explícita é com Alfred T. Mahan, concebido nos círculos da geopolítica clássica como o teórico do poder marítimo – e também visto como o “evangelista do poder naval estadunidense”.

Os primeiros capítulos explicam a importância de oceanos e mares no relacionamento entre os povos, e como foram – e são – importantes para os interesses dos EUA. É discutido como a atuação americana foi motivada por oportunidade política, expansão comercial e competição geopolítica, resultando em conflitos e alianças. Exemplos são a guerra contra o Japão entre 1941 e 1945 (Segunda Guerra Mundial) e a rivalidade naval com a URSS.

Há um capítulo dedicado ao Mar do Sul da China. É notável a perspectiva que o autor traz: a região tem “importância econômica e estratégica de natureza histórica”. Foi uma zona de disputa entre a China e seus vizinhos desde o século XV, pelo menos. Seu controle foi obtido de maneira sangrenta pelo Japão no início do século XX, mas contestado por outras potências, especialmente os EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, o controle naval é mantido por Washington. O crescimento econômico chinês, que começa nos anos 90, inicialmente não afeta esse controle. Porém, tal situação começa a mudar a partir de 2010 (aproximadamente) quando Beijing torna-se mais assertiva na região e começa a expandir a sua esquadra, adicionando mais capacidades militares às suas reivindicações.

O autor trata de questões mais contemporâneas da geopolítica marítima, como o aquecimento global e seus efeitos no Oceano Ártico, e a diplomacia naval que executou enquanto *SACEUR* para lidar com a pirataria

na Somália. A maneira como as tecnologias afetam as opções geopolíticas dos Estados é ressaltada. Exemplos discutidos são a maneira como *drones* permitem um aumento da vigilância sobre grandes espaços marítimos e a importância do componente cibernético na tomada de decisão de líderes políticos e militares.

No capítulo final há uma reflexão sobre a estratégia naval americana para o século XXI, baseada em Mahan. Segundo Stavridis, as ideias de Mahan tinham três componentes principais a serem observados pelos EUA: *produção*, em termos da necessidade do comércio internacional como fonte de riqueza; *uma frota mercante e militar* para explorar recursos propiciados pelo mar, como o próprio comércio; e *colônias ou alianças*, que formariam uma rede de bases para facilitar a projeção do poder marítimo. A função do poder naval seria “conter nações que fossem poderosas em termos territoriais, mas que, por algum motivo, não pudessem desenvolver um poderio marítimo próprio.”

Atualizando Mahan para o século XXI, Stavridis defende uma estratégia de supremacia marítima. O comércio estadunidense fornece a razão econômica para tal atitude. Ele advoga a manutenção de investimentos no dispositivo naval, procurando manter 350 navios como um número para lidar com China e Rússia. Ele preocupa-se com a atividade russa no Mediterrâneo e no Mar Negro, com o apoio efetivo de Moscou ao governo Assad na Guerra Civil Síria e a anexação da Crimeia, tendo na esquadra um elemento central. No caso chinês, defende enfaticamente a presença naval estadunidense no Pacífico, passando pelo Mar do Sul da China, e uma atuação maior no Índico. Os aliados Japão e Austrália devem ser reforçados, pois fornecem uma rede de bases. E, nesse sentido, sugere a necessidade do *cortejamento* de países que não são aliados formais, mas que têm interesses comuns em conter a China, caso da Índia e do Vietnã.

Contudo, há problemas na obra que serão notados por um público internacional. O livro preconiza uma estratégia marítima feita para garantir os interesses dos EUA num contexto de reemergência da competição entre grandes potências, no caso com a Rússia e a China. Apesar do tom comedido, fica claro que a atualização das ideias *mahanianas* é uma justificativa para a manutenção da hegemonia norte-americana. As consequências das intervenções militares estadunidenses merecem pouca atenção. Quando discute a Líbia, não é feita nenhuma menção ao papel que Washington teve na derrubada da ditadura de Khadafi, e na subsequente situação de caos e instabilidade regional que ajudou a produzir a crise dos refugiados na Europa.

Stavridis discute o perigo do terrorismo, em especial o do Estado Islâmico (EI). Em nenhum momento aborda o fato de que o EI surgiu e se

fortaleceu como uma consequência da invasão americana e da destruição do Iraque. Tampouco é considerado o papel que a aliada Arábia Saudita teve em minar o governo Assad, ajudando indiretamente o grupo terrorista na Síria, algo explorado numa literatura acadêmica (Brands e Fever 2017) e jornalística (Reynolds 2014; Hussain 2015).

Stavridis explica a recriação da IV Esquadra quando comandava o *U.S. Southern Command*. Ele precisava requisitar constantemente forças navais para o comandante da *Atlantic Fleet*, o que gerava problemas operacionais. Para superar esse entrave, atuou politicamente e conseguiu criar a IV Esquadra, pequena mas simbolicamente importante. No livro, Stavridis opta pela via mais fácil e só menciona as preocupações expressadas por setores à esquerda na América Latina, limitando-se a relatar que fez várias visitas aos países da região, explicando que a missão da nova esquadra seria, principalmente, voltada para questões humanitárias e de combate ao narcotráfico. Não considera a preocupação causada no governo brasileiro, tendo o presidente Lula declarado que discutiria a reativação da IV Esquadra com Barack Obama.<sup>1</sup>

A escolha de Mahan não é isenta de problemas. A sua concepção era centrada quase que exclusivamente em operações navais que visavam engajar esquadras inimigas numa batalha decisiva, uma espécie de fim em si mesmo. Coube a outro pensador naval, Julian S. Cobert, produzir o contraponto a essa concepção: um dos objetivos centrais do domínio dos mares durante uma guerra seria garantir, ao país que obtivesse essa condição, a capacidade de transportar tropas e recursos para um teatro de operações terrestre, e garantir, com isso, a vitória dentro do território inimigo (Cobert 2004). A ausência do contraponto *cobertiano* chama a atenção, pois Stavridis tem consciência de que os EUA dependem de suas forças navais para travar guerras terrestres em pontos nevrálgicos da Eurásia.

A obra de James Stavridis é uma excelente opção de leitura para os interessados no cenário internacional contemporâneo *numa perspectiva da geopolítica marítima estadunidense*. Tem-se uma abordagem que considera a centralidade dos oceanos no planejamento de defesa dos EUA, discutem-se os elementos permanentes da geografia física de maneira não-determinista e não perde-se de vista o papel que a tecnologia tem em transformar as realidades geopolíticas. E há passagens autobiográficas, em que o autor relata a dimensão humana da realidade do planejamento estratégico no Pentágono.

A partir das discussões levantadas nesse livro, tem-se uma ideia das possibilidades que tem os EUA de exercer o seu poder a partir da sua supremacia naval.

## REFERÊNCIAS

Mahan, Alfred T. 2011. *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. New York: Amazon Digital Services LLC. Kindle

Brands, Hal e Peter Fever. 2017. “Was The Rise of ISIS Inevitable?”. *Survival*, 59 (3): 7-54. <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1325595>

Cobert, Julian S. 2004. *Principles of Maritime Strategy*. Dover: Dover Publications.

Flores, Mário Cesar. 2008. “O Tumulto da IV Frota”. *Poder Naval*, August 08. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2008/08/27/o-tumulto-da-iv-frota/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Hussain, Dilly. 2015. “ISIS: The ‘unintended consequences’ of the US-led war on Iraq”. *Foreign Policy Journal*, March 23. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2015/03/23/isis-the-unintended-consequences-of-the-us-led-war-on-iraq/>>. Acesso em: 27 jul. 2018..

Reynolds, Ben. 2014. “Iran Didn’t Create ISIS; We Did”. *The Diplomat*, August 31. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/08/iran-didnt-create-isis-we-did/>>. Acesso em: 27 jul. 2018..

Warth, Anne. 2009. “Lula diz que é necessário discutir Quarta Frota com EUA”. *Agência Estado*, July 30. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-que-e-necessario-discutir-quarta-frota-com-eua,411046>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

## NOTA

1. Merece atenção a análise de Mário Cesar Flores. Segundo ele, para funcionar, a nova esquadra dependeria de navios destacados das esquadras do Atlântico e do Pacífico, carecendo de unidades navais próprias. A novidade da IV Esquadra estaria no fato de ela se constituir numa estrutura naval apta a apoiar o *US Southern Command.*, e que forneceria capacidade de avaliação e planejamento para atividades marítimas.